

DOCUMENTO DOS POVOS DO SEMIÁRIADO CEARENSE

Ao Senhor Governador de Estado do Ceará – Cid Ferreira Gomes

Ao Senhor Secretário do Desenvolvimento Agrário – Nelson Martins

A Senhora Deputada Estadual Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa – Eliane Novaes

DECLARAÇÃO SOBRE O ATUAL MOMENTOD E SECA NO CEARÁ

"A estiagem é um fenômeno da natureza. A fome, a miséria e a morte daí decorrentes, porém, são produtos da ação humana e das políticas dirigidas a essas regiões e populações.

Não são, portanto, fenômenos naturais. A seca é política".

Naidison Quintela Baptista.

1. Contexto do Semiárido

Abrangendo uma área de 969.589,4 km² e 1.133 municípios, sua população corresponde a 22.581.687 habitantes, representando 11,8% da população brasileira, o Semiárido brasileiro, um dos maiores, mais populosos e também mais chuvosos do planeta, vem sendo cada vez mais conhecido e reconhecido enquanto espaço plural e diverso. As variações de expressões culturais, práticas produtivas dos povos, da própria biodiversidade e da Caatinga dominante com suas centenas de espécies únicas são apenas um demonstrativo.

Por outro lado, é no Semiárido que se concentra mais da metade (58%) da população pobre do país, segundo o Ministério da Integração Nacional. Estudos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) demonstram que 67,4% das crianças e adolescentes no Semiárido são afetados pela pobreza. São quase nove milhões de crianças e adolescentes desprovidos dos direitos humanos e sociais mais básicos, e dos elementos indispensáveis ao seu desenvolvimento pleno.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Semiárido é considerado baixo para aproximadamente 82% dos municípios, que possuem IDH até 0,65. O que significa um déficit em relação aos indicadores de renda, educação e longevidade para 62% da população do Semiárido.

A população rural, de mais de oito milhões e meio de pessoas, reduziu 5,7% em relação ao ano de 2008, e hoje representa apenas 38% da população na região. Foram mais de 520 mil pessoas que deixaram de viver no Semiárido rural nos últimos dez anos. Estes números acompanham uma tendência no país, onde a população rural

caiu em 6,3% no período analisado. Esse dado, reflete o quanto o Brasil ainda está longe de garantir as condições necessárias para a permanência das famílias no campo, em especial no Semiárido. Entre os principais elementos que expulsam as pessoas do campo, destaca-se a elevada concentração de terras e de água.

No Estado do Ceará, 81,5% de seu território está localizado no semiárido, onde reside 56,7% da população cearense, ou seja, 4.211.292 pessoas, sendo 1.760.078 no meio rural e 2.451.214 em áreas urbanas.

Historicamente, a atuação do Estado limitou-se a medidas emergenciais e execução de obras de combate às secas, principalmente, construção de açudes. Atualmente o Ceará é dotado de uma infraestrutura de armazenamento de água formada por 8.000 açudes com capacidade de 18 bilhões de m³ (SRH/CE, 2004). Fica claro, portanto, que o Semiárido cearense tem água; o que falta são políticas públicas efetivas que possibilitem o acesso pelas populações camponesas. O exemplo dessa realidade é a bacia do Jaguaribe, que concentra em grandes açudes, 60% de toda água acumulada no Estado do Ceará. É importante ressaltar que os setores do agro e hidronegócio são os mais beneficiados e os que mais degradam. Segundo dados de 2005 do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLANERH) os setores mais demandantes de água na sub-bacia do baixo Jaguaribe são: agricultura irrigada, com 79%; consumo industrial, com 10% e consumo humano, com 11%.

A média histórica da quadra chuvosa em nosso Estado é de 905mm ano, e conforme o que foi registrado e reconhecido pelos órgãos oficiais do governo chegando atingir apenas 605 mm, o que provocou um déficit hídrico considerável, afetando diretamente a recarga do nível dos açudes, além comprometer a safra agrícola esperada.

O Semiárido está mergulhado em uma das maiores secas dos últimos 40 anos. Da chegada dos portugueses aos dias atuais, já se somam 72 grandes secas com características similares. Este fenômeno é previsível e seus efeitos sobre a população são extremamente graves com consequências em todos os setores da região.

Dos 184 municípios do estado do Ceará, 176 municípios encontram-se em estado de emergência decretados. Fato que afeta diretamente a agricultura familiar camponesa. Conforme dados oficiais houve uma perda de 80% da safra de sequeiro projetada no início do ano agrícola de 2013, (EMATERCE, 2013).

Atualmente aproximadamente 36 municípios se encontram em plena situação de colapso hídrico sendo abastecidos por carros pipas via defesa civil, fato este que exige maior atenção por parte dos governos estadual e municipais para minimizar os efeitos causados pela seca ao povo que sofre diretamente todos os malefícios provocados pela estiagem.

Diante dessa realidade os movimentos sociais cearenses e a Igreja Católica, representados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - NE I CNBB, Pastorais

Sociais, Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do estado do Ceará - Fetraece, Fórum Cearense pela Vida no Semiárido - FCVSA, Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, exigem celeridade nas ações emergenciais e propõem ações estruturantes de convivência com o Semiárido.

2. Propostas

2.1. Ações Emergenciais

- a) Abastecimento imediato e contínuo das cisternas com água tratada distribuída gratuitamente pelas empresas públicas estaduais e municipais de abastecimento de água e/ou exército;
- b) Ampliar a oferta do milho subsidiado e distribuído pela CONAB, dando celeridade a distribuição, para que os agricultores familiares tenham condições de alimentar e salvar seus rebanhos;
- c) Desburocratizar e diminuir o prazo de espera do agricultor para acessar as linhas de crédito emergenciais. Propomos que sejam realizadas ações imediatas junto ao Banco do Nordeste, principal agente financeiro do Pronaf, para que amplie seu quadro pessoal e gere maior celeridade na liberação dos créditos emergenciais;
- d) Renegociação das dívidas agrícolas dos agricultores familiares;
- e) Ampliar o valor da parcela do garantia safra, equiparando ao valor da cesta básica que é de R\$ 300,00 em Fortaleza;
- f) Ampliar o valor da parcela mensal do bolsa estiagem para R\$ 120,00.
- g) Equipar e recuperar e instalar imediatamente todos poços profundos que se encontram sem funcionamento, para garantir oferta hídrica á população da zona rural;

2.2 Ações Estruturantes

- e) Reestruturar a política estadual de distribuição das águas, que tem servido ao hidro e agronegócio, democratizando o acesso a partir das comunidades camponesas;
- f) Continuidade e ampliação dos programas de construção de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva para consumo humano e produção de alimentos, mantendo princípios e processos metodológicos dos programas

desenvolvidos pela ASA Brasil, a fim de garantir o acesso descentralizado à água para consumo humano e produção de alimentos;

g) Suspender a implantação de cisternas de polietileno (plástico/PVC), pois elas priorizam empresas multinacionais em detrimento da construção dos processos de convivência com o semiárido em desenvolvimento nas comunidades rurais;

h) Criar um programa de perfuração e aparelhamento de poços profundos e escavação de pequenos barreiros com o intuito de ampliar a oferta de água e diminuir a dependência externa nas propriedades familiares e comunidades rurais;

i) Implementar as adutoras – ou serviços de água – previstos no Atlas de Águas do Nordeste (Agência Nacional de Águas), dando prioridade àqueles considerados emergenciais, definidas em consulta à sociedade civil;

j) Rever a política de irrigação que demanda o dinheiro público e constrói canais para grandes empresas, mas não abastece as populações com necessidades básicas de consumo humano. A Lei Brasileira de Recursos Hídricos (9433/97) define que a disponibilidade de água deve priorizar o abastecimento humano e a dessedentação dos animais;

k) Efetivar uma ampla Reforma Agrária acompanhada de uma política agrícola, adequada à realidade e potencialidades do semiárido. Conviver com o Semiárido é ter acesso a terra e nela viver bem;

l) Reestruturar o sistema público de ATER nos moldes e metodologias agroecológicas, com a revisão de propósitos e princípios de forma a contextualizá-lo com a realidade semiárida;

m) Realizar chamadas públicas estaduais de ATER, gerando condições para que as organizações sociais participem da execução desta política no Ceará;

n) Adotar a metodologia e o conteúdo programático da educação do campo para todas as escolas rurais, evitando a nucleação, que tem gerado efeitos negativos na vida e educação de crianças, adolescentes e jovens;

o) Subsidiar experiências de educação do campo com base na pedagogia da alternância aplicada pela Escola Família Agrícola, e atuar com celeridade, na criação de novas unidades no Estado;

p) Integrar a política nacional de crédito, a políticas de assistência técnica e acesso ao mercado, a fim de apoiar a agricultura familiar de forma sistêmica e sistemática;

q) Ampliar o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em especial nas modalidades executadas diretamente com as famílias e associações comunitárias;

r) Criar programa estruturante de resgate, valorização e distribuição de sementes crioulas, implantando casas comunitárias de sementes com estrutura para armazenamento das variedades locais;

s) Incluir no semiárido legal, municípios cearenses com características de semiárido que estão fora, segundo a delimitação elaborada pelo Ministério da Integração Nacional;

t) Construir e desenvolver com a participação dos movimentos sociais, uma política estadual voltada para a juventude rural, pautando ações de formação contextualizada, geração de trabalho e renda, e valorização das expressões sociais e culturais.

u) Suspender os projetos de mineração que além de degradar o meio ambiente, demandam uso excessivo de água e colocam em risco a saúde da população;

v) Taxação sobre a comercialização dos agrotóxicos no Estado;

w) Reavaliação das outorgas concedidas para uso das água do aquífero Jandaíra;

x) Revogação da mensagem enviada à Assembleia Legislativa pelo Senhor Governador do Estado, que reduziu em 50% a taxa sobre o uso de água para as empresas do Eike Batista

y) Celeridade no processo de regularização fundiária, para que os/as agricultores/as familiares possam ter acesso o documento de suas terras e cessem os conflitos terras;

z) Liberação e implantação imediata dos projetos simplificados de abastecimento humano “Projeto Água para Todos”

Reafirmamos o compromisso e a importância dos movimentos sociais cearenses e Pastorais sociais da CNBB, na continuidade da construção de ações estruturantes de convivência com o semiárido, certos de que muito já foi feito, mas que o desafio ainda é enorme. Do mesmo modo, convocamos os poderes públicos a reconhecerem suas responsabilidades intransferíveis na inversão de valores que priorizam a convivência com o semiárido em detrimento de arcaicas e fracassadas práticas de combate à seca.

Fortaleza/CE, 20 de novembro de 2013.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB/CE
Federação dos/as Trabalhadores/as da Agricultura do Ceará/FETRAECE
Fórum Cearense pela Vida no Semiárido/FCVSA
Movimento dos/as Atingidos/as por Barragem/MAB
Movimento dos trabalhadores sem Terra/MST